



# Anais da Assembléia

Nº 13

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 19 DE MARÇO DE 1979

ANO V

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

### ATA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 1979

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Nestor Baptista e Domício Scaramella.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio de Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quíelise Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Tuguio Setogute, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Nelton Friedrich e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### Indicação:

### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Dando cumprimento ao que preceitua o Art. 38, do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, o MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, através desta Liderança, indica para os fins de direito, os nomes dos Senhores Deputados do MDB, que deverão compor as diferentes Comissões Técnicas, conforme abaixo relaciona:

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### Membros Efetivos:

RENATO BERNARDI  
FIDELCINO TOLENTINO  
DENI LINEU SCHWARTZ  
WALDYR ORTÊNCIO PUGLIESI  
NELTON MIGUEL FRIEDRICH  
JOSÉ TAVARES DA SILVA NETO

Suplentes: LINEU MANSANI TURRA — TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA — MÁRIO CELSO PUGLIELLI DA CUNHA — NESTOR BAPTISTA — JOSÉ ANTÔNIO DEL CIEL — EDILSON ALENCAR BARBOSA — ADALBERTO DAROS.

### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### Membros Efetivos:

MÁRIO CELSO PUGLIELLI DA CUNHA  
DARCY DEITOS

JOSÉ TADEU LÚCIO MACHADO

Suplentes: JOSÉ ANTÔNIO DEL CIEL — EDILSON ALENCAR BARBOSA — NESTOR BAPTISTA.

### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

#### Membros Efetivos:

WALDYR ORTÊNCIO PUGLIESI  
EDILSON ALENCAR BARBOSA  
TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA

Suplentes: GERNOTE GILBERTO KIRINUS — NELSON FIORI LUIZ MALAGUIDO — DARCY DEITOS.

### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### Membros Efetivos:

JOSÉ ANTÔNIO DEL CIEL  
RENATO BERNARDI  
FIDELCINO TOLENTINO

Suplentes: NESTOR BAPTISTA — ANTÔNIO FACCI — NELTON MIGUEL FRIEDRICH.

### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

#### Membros Efetivos:

GERNOTE GILBERTO KIRINUS  
ANTÔNIO ROMERO FILHO  
NELSON FIORI LUIZ MALAGUIDO

Suplentes: NELTON MIGUEL FRIEDRICH — ANTÔNIO FACCI — JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI.

### COMISSÃO DE POLÍCIA

#### Membros Efetivos:

JOSÉ TAVARES DA SILVA NETO  
MÁRIO CELSO PUGLIELLI DA CUNHA  
NELSON FIORI LUIZ MALAGUIDO

Suplentes: FIDELCINO TOLENTINO — JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI — JOSÉ TADEU LÚCIO MACHADO.

### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

#### Membros Efetivos:

ANTÔNIO FACCI  
DARCY DEITOS  
WALDYR ORTÊNCIO PUGLIESI

Suplentes: TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA — ADALBERTO DAROS — DENI LINEU SCHWARTZ.

### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

#### Membros Efetivos:

FIDELCINO TOLENTINO  
JOSÉ TAVARES DA SILVA NETO  
ADALBERTO DAROS

Suplentes: NELTON MIGUEL FRIEDRICH — NESTOR BAPTISTA — WALDYR ORTÊNCIO PUGLIESI.

### COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

#### Membros Efetivos:

DENI LINEU SCHWARTZ  
RENATO BERNARDI  
GERNOTE GILBERTO KIRINUS

Suplentes: TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA — ANTÔNIO ROMERO FILHO — DARCY DEITOS.

### COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

#### Membros Efetivos:

CARLOZ JERONYMO ZANLORENZI

NESTOR BAPTISTA

ANTÔNIO ROMERO FILHO

**Suplentes:** RENATO BERNARDI — DENI LINEU SCHAWRTZ  
— MÁRIO CELSO PUGLIELLI DA CUNHA.

**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS****Membros Efetivos:**

ANTÔNIO FACCI

LINEU MANSANI TURRA

DARCY DEITOS

**Suplentes:** GERNOTE GILBERTO KIRINUS — CARLOS JERONYMO ZANLORENZI — JOSÉ ANTÔNIO DEL CIEL.

**COMISSÃO DE TURISMO****Membros Efetivos:**

ADALBERTO DAROS

MÁRIO CELSO PUGLIELLI DA CUNHA

EDILSON ALENCAR BARBOSA.

**Suplentes:** JOSÉ TADEU LÚCIO MACHADO — WALDYR ORTÊNCIO PUGLIESI — JOSÉ TAVARES DA SILVA NETO.

**COMISSÃO DE AGRICULTURA****Membros Efetivos:**

TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA

NELTON MIGUEL DRIEDRICH

JOSÉ TADEU LÚCIO MACHADO

**Suplentes:** NELSON FIORI LUIZ MALAGUIDO — EDILSON ALENCAR BARBOSA — ANTÔNIO FACCI.

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES****Membros Efetivos:**

DENI LINEU SCHWARTZ

NESTOR BAPTISTA

NELSON FIORI LUIZ MALAGUIDO

**Suplentes:** ANTÔNIO ROMERO FILHO — MÁRIO CELSO PUGLIELLI DA CUNHA.

**COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA****Membros Efetivos:**

JOSÉ ANTÔNIO DEL CIEL

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

GERNOTE GILBERTO KIRINUS

**Suplentes:** FIDELCINO TOLENTINO — JOSÉ TAVARES DA SILVA NETO — RENATO BERNARDI — LINEU MANSANI TURRA.

Sendo o que se apresenta para o momento, colho o ensejo para reiterar a Vossa Excelência a segurança de meu alto apreço.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1979.

(a) NILSO SGUAREZI — Líder do MDB

**Requerimentos:****REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário desta Casa, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Vereador ALCIDES VODONOS, ocorrido hoje em União da Vitória.

O seu passamento deixa consternada a sua família e também seu rol de amigos e companheiros.

Outrossim, requer igualmente, que deste pronunciamento, seja comunicado à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer um voto de regozijo ao Papa JOÃO PAULO II, pela divulgação da Encíclica "REDEMPTOR HOMINIS".

Outrossim, requer seja dado ciência da decisão desta Casa, à Sua Excelência Reverendíssima Dom Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano de Curitiba.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1979.

(a) JOÃO ELÍSIO

**JUSTIFICATIVA:**

O Papa João Paulo II deu ao público, em dia recente da semana passada, a sua primeira encíclica, denominada "REDEMPTOR HOMINIS".

No curto espaço de tempo do seu Pontificado, o atual Papa já conquistou o mundo católico e cristão, através de atitudes firmes e definidas, não só em relação à Igreja da qual é o representante de Cristo na terra, mas também, ao abordar, com idêntica desenvoltura, problemas existenciais que tanto afligem a humanidade.

Adotando linguagem clara, o representante, o Pastor da enorme legião de católicos, delineou as atitudes a serem observadas pelos seus seguidores em particular, exortando-os e condenando os excessos dos regimes econômicos e políticos da época presente, naquilo que aviltam os direitos e a dignidade da pessoa humana.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores PREFEITO MUNICIPAL DE CURITIBA e DIRETOR DO DETRAN, solicitando-lhes providências urgentes para a iluminação e sinalização na "trincheira" construída sob a Avenida Manoel Ribas, e que liga as ruas Inácio Lustosa e Padre Agostinho, recentemente inaugurada, bem como construída uma murada mais consistente para proteção dos veículos que por ali trafegam.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

**JUSTIFICATIVA:**

A "trincheira" recentemente inaugurada na Avenida Manoel Ribas, ligando as ruas Inácio Lustosa e Padre Agostinho, foi construída sob a proteção de tapumes, os quais não deixavam antever como seria apresentada essa obra após sua conclusão.

Tratando-se de escavação subterrânea, protegida apenas por uma pequena e frágil cerca de ferro, pintada de preto em ambos os lados, da Avenida Manoel Ribas, onde anteriormente se permitia a conversão de veículos, oferece sérios perigos, principalmente à noite, a motoristas desavisados sobre a inauguração da obra.

A iluminação dessa "trincheira", bem como a colocação de sinais e construção de uma murada mais resistente, a fim de prevenir acidentes, é uma necessidade imperiosa e inadiável.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, no sentido de determinar junto à Paraná Rádio Difusão S.A. - RADIPAR, a fim de que essa Companhia de Economia

Mista estenda seus serviços de som e imagem do Canal 12 - TV Paranaense até o Município de Marechal Cândido Rondon, através do sistema de micro-ondas da TELEPAR, ou por outro sistema conveniente.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1979.

(a) Werner Wanderer

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Marechal Cândido Rondon é um dos maiores acionistas da Paraná Radiodifusão S/A. - RADIPAR, porém até o momento está mal servido em matéria de televisão.

O sistema de micro-ondas serve a televisão até a cidade de Cascavel, porém a partir dali a imagem e som segue em péssimas condições.

Hoje, levando em conta o progresso porque vem atravessando a região de Marechal Cândido Rondon, é de justiça seja levado até aquele município esse benefício em favor da população.

Desta maneira, solicita o deputado subscritor, o empenho da Secretaria do Interior para dotar Marechal Cândido Rondon de um sistema eficiente de recepção de televisão.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Considerando declarações do Senhor Presidente da Federação Paranaense de Futebol dando conta de que somente continuaria no cargo caso fosse concluído o Estádio do Pinheirão;

Considerando haver a imprensa de nossa Capital veiculado a intenção do Governo do Estado de concluir as obras do Estádio referido;

Considerando, finalmente, que interessa sobremaneira à coletividade tomar conhecimento de uma palavra definidora quanto à real situação do Estádio do Pinheirão,

Requeiro, na forma que me é regimentalmente facultada, que se encaminhe ao Sr. Chefe do Poder Executivo o seguinte PEDIDO DE INFORMAÇÕES:

01 — A construção do Estádio Pinheirão é realmente meta prioritária do atual Governo?

02 — A quem realmente está vinculado o Estádio Pinheirão na atualidade: se à Prefeitura Municipal de Curitiba, Federação Paranaense de Futebol ou Clube Atlético Paranaense?

03 — O Pinheirão, caso seja concluído pelo Governo estadual, ficará sob a administração da Federação Paranaense de Futebol, da Secretaria de Esportes e Cultura ou de outro órgão a ser criado?

04 — Qual a real situação do terreno onde está localizado o Estádio, pois existia um impedimento legal para sua construção, já que os herdeiros daquele terreno entraram com processo junto à Justiça, tentando anular uma doação à Prefeitura Municipal de Curitiba?

05 — Qual a posição do Governo quanto a situação de desenvolvimento do Clube Atlético Paranaense, que venceu concorrência, em Assembleia Geral da Federação Paranaense de Futebol, competindo com o Colorado Esporte Clube e Esporte Clube Pinheiros, ficando com o direito de concluir as obras do Estádio Pinheirão?

06 — Os proprietários de cadeiras cativas terão seus direitos respeitados e de que forma isto será coordenado?

07 — Os proprietários de garagens (estacionamentos) junto ao Estádio, também terão seus direitos respeitados?

08 — Qual o número exato de cadeiras cativas e estacionamentos já vendidos, já comprometidos através das vendas efetuadas?

09 — Qual a quantia já aplicada nas obras iniciais de construção do Estádio Pinheirão?

10 — Qual o valor real da dívida atual do Pinheirão e quem está responsável pelo pagamento destes compromissos?

11 — Já existe um plano visando a conclusão das obras do Estádio Pinheirão, com previsão de datas para o reinício

dos trabalhos e término das obras?

12 — Após a conclusão das obras o Estádio ficará sob a responsabilidade do município ou será totalmente controlado pelo Governo estadual?

13 — Existe uma previsão, em número, para quantos lugares será construído o Estádio Pinheirão?

14 — O Estádio será utilizado apenas para a prática do futebol ou será complementado com um centro esportivo, com a participação das diversas outras modalidades de esportes?

15 — Existe um pensamento visando convênio ou entrosamento junto à Prefeitura Municipal de Curitiba, prevendo a construção de um viaduto na BR-116, no Tarumã, facilitando desta forma o afluxo rumo ao Estádio?

Sala das Sessões, em 19 de março de 1979.

(a) Mário Ceiso

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, nos termos do Regimento Interno, requer a transmissão em ata dos trabalhos da sessão de hoje da Assembleia Legislativa, do editorial "Morte do Release", publicado pelo matutino "O Estado do Paraná", na edição de sábado último, dia 17 de março.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1979.

(a) José Domingos

#### JUSTIFICATIVA:

O editorial "Morte do Release" enfoca uma aspiração das mais justas da classe dos jornalistas profissionais do Paraná, ou seja, o fim de matérias buriladas por assessorias de imprensa que tinham, tão somente, um único objetivo: o de fabricar imagens, que nem sempre correspondiam à realidade, em torno dos órgãos governamentais, principalmente. Com a nova medida, posta em prática pelo Governo Ney Braga, através de seu Secretário de Comunicação, sem dúvida alguma, ocorrerá a valorização do trabalho da imprensa, a liberdade de informação, e, paralelamente, ampliará o nosso saturado mercado de trabalho, que é o da imprensa, falada, escrita e televisada.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Werner Wanderer, no Pequeno Expediente.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(**Le**): "Devo registrar nesta Casa, refletindo com isto o júbilo do povo de Marechal Cândido Rondon, a nomeação e posse do Prefeito Verno Scherer.

Dispensando-me de traçar o perfil biográfico do novo Prefeito.

Industrial, agricultor, líder de seu Distrito, Vereador por várias legislaturas, Presidente da Câmara Municipal, Prefeito interino, em todas as atividades, destacou-se pelo zelo, pela dedicação, pela lealdade, pelo espírito público e pelas realizações em favor do povo.

Representa Verno Scherer a corrente política inconteste e majoritária em Marechal Cândido Rondon.

Vale, Senhor Presidente, Senhores Deputados, um rápido retrospecto.

Em 1965 fui eleito Prefeito de Marechal Cândido Rondon com 3.212 votos.

Na eleição parlamentar seguinte, apenas no Município, alcancei 6.626 votos para Deputado Estadual.

Com o Partido e as lideranças válidas da comunidade, unidos ao povo, em 1974, concorrendo novamente à Assembleia Legislativa obtive em Marechal Cândido Rondon 12.916 votos, o suficiente para a conquista do mandato — fato inédito no Paraná — com os sufrágios de apenas um município. Os mesmos votos, num período politicamente difícil, foram outor-

gados ao candidato a deputado federal Norton Macedo, que integrava a nossa chapa e ao candidato a Senador da República.

Em 1978, o povo de Marechal Cândido Rondon ratificou a confiança antes manifestada. Em condições diferentes, com atuação agressiva de outro Partido, alcancei 13.533 votos, acompanhado, na mesma proporção, pela votação de Norton Macedo e de Túlio Vargas.

Inequivocamente, em sucessivos pleitos, a voz e a vontade do povo se manifestaram com firmeza e, para mim, de forma relevante e honrosa.

Verno Scherer pertence a esta corrente.

Sempre venceu conosco e, conosco, levou a Marechal Cândido Rondon os benefícios do Estado e da União que, somados à contribuição do povo, transformaram em poucos anos a imagem do Município, abrindo-lhe portas largas para o desenvolvimento.

O asfalto lá chegou graças ao trabalho de Jayme Canet Júnior. Cento e dez escolas lá estão instaladas, atendendo a toda a população escolarizável.

Um amplo módulo desportivo foi construído com a participação financeira do Governo Federal.

O Centro Social Urbano acaba de ser aprovado pela União. A criação de uma Circunscrição Regional de Trânsito foi assinada pelo Governo Estadual.

Por tudo isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, neste rápido pronunciamento, quero deixar claro, em nome do povo de Marechal Cândido Rondon, alguns pontos que marcam e continuarão a marcar nossa atuação nesta Casa.

— Continuaremos a exercer o nosso mandato, com dedicação e lealdade, como vimos fazendo desde 1975, com o apoio da nossa gente, confirmado nas urnas.

— Confiamos, como temos acertadamente confiado, no Governo do Estado, entregue às mãos humanas de Ney Braga, e no Governo Federal, chefiado pelo General João Baptista de Figueiredo.

— Nosso trabalho em favor do município será uma constante, desprezando as críticas destrutivas, o negativismo e a incapacidade dos que, sem folha de serviços a oferecer, se apegam à agressão, à mentira e à violência para a conquista de notoriedade.

— Em nenhum momento aceitaremos provocações, partam de onde partirem, porque o nosso compromisso é com o povo e haveremos de honrá-lo sempre.

— Não temos tempo de retrucar provocações, pois o povo que nos elegeu com o sétimo Deputado Estadual mais votado, com os expressivos 32.635 votos, espera de nós um trabalho a seu favor, e como sempre, graças a Deus, continuará a não se decepcionar."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Mário Celso.

A Mesa registra com muita satisfação, a presença em nosso plenário, do Senador José Richa.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quem sejam hoje minhas primeiras palavras de saudação ao nosso grande amigo e líder político, Senador José Richa que hoje visita esta Casa. José Richa, homem de tradições políticas e realmente, um líder popular a quem nós muito admiramos e respeitamos.

Gostaria, Sr. Presidente, hoje, de ressaltar aqui, a minha solicitação do pedido de informações ao Sr. Governador do Estado, quanto à situação real do Estádio Pinheirão.

Na realidade, poderíamos encaminhar um ofício ou requerimento solicitando informações à Secretaria de Esportes e Cultura, ou a outro órgão que pudesse nos fornecer os detalhes. Mas, na realidade, apenas, o Governador do Estado do Paraná tem poderes para responder ou deixar de responder tais

indagações, já que solicito, inclusive, qual será a participação da própria Secretaria de Esportes e Cultura, no envolvimento do Estádio do Pinheirão.

Entre os itens citados, pergunto também da vontade ou não, de deixar o problema Pinheirão como meta prioritária do atual Governo. Assim sendo, somente, tão somente o Governador, é que poderá nos responder a tais indagações. E conforme tive conhecimento o próprio Chefe do Executivo, declarou que os Srs. Deputados, embora não regimentalmente, possuem total liberdade, para fazer quaisquer tipos de solicitações ou indagações ao Governo do Estado do Paraná.

Pela liberalidade, então estamos solicitando, porque sabemos que o Inciso 5.º, do artigo 16 da Constituição prevê que somente matérias legislativas devem ser encaminhadas ao Chefe do Executivo com o pedido de informações.

Mas, o nosso pedido é para que se esclareça vários detalhes a respeito desse Estádio que está inacabado. Um estádio que foi, cujas obras foram iniciadas, mas que devido a uma série de problemas ficaram paralisadas. O povo do Paraná, adquirentes de cadeiras cativas, de estacionamento daquele local, estão até hoje, aguardando uma solução por parte do Governo, para que alguém ponha fim a esse estado de coisas.

Dentre as indagações, eu pergunto primeiro, se a construção do Estádio do Pinheirão é realmente, meta prioritária do atual Governo.

2 — A quem está vinculado o Estádio Pinheirão na atualidade: ou à Prefeitura Municipal de Curitiba, Federação Paranaense de Futebol ou Clube Atlético Paranaense?

3 — O Pinheirão, caso seja concluído pelo Governo Estadual, ficará sob a administração da Federação Paranaense de Futebol, da Secretaria de Esportes e Cultura ou do outro órgão a ser criado?

4 — Qual a real situação do terreno onde está localizado o Estádio, pois existia um impedimento legal para sua construção, já que os herdeiros daquele terreno entraram com processo junto à Justiça, tentando anular uma doação à Prefeitura Municipal de Curitiba?

5 — Qual a posição do Governo quanto à situação de desenvolvimento do Clube Atlético Paranaense, que venceu concorrência em Assembleia Geral da Federação Paranaense de Futebol competindo com o Colorado Esporte Clube e Esporte Clube Pinheiros, ficando com o direito de concluir as obras do Estádio Pinheirão?

6 — Os proprietários de cadeiras cativas terão seus direitos respeitados e de que forma isto será coordenado?

7 — Os proprietários de garagens (estacionamentos) junto ao Estádio, também terão seus direitos respeitados?

8 — Qual o número exato de cadeiras cativas e estacionamentos já vendidos, já comprometidos através das vendas efetuadas?

9 — Qual a quantia já aplicada nas obras iniciais de construção do Estádio Pinheirão?

10 — Qual o valor real da dívida atual do Pinheirão e quem está responsável pelo pagamento destes compromissos?

11 — Já existe um plano visando a conclusão das obras do Estádio Pinheirão, com previsão de datas para o reinício dos trabalhos e término das obras?

12 — Após a conclusão das obras o Estádio ficará sob a responsabilidade do município ou será realmente controlado pelo Governo Estadual?

13 — Existe uma previsão, em números, para quantos lugares será construído o Estádio Pinheirão?

14 — O Estádio será utilizado apenas para a prática do futebol ou será complementado com um centro esportivo, com a participação das diversas outras modalidades de esportes?

15 — Existe um pensamento visando convênio ou en-

trosamento junto à Prefeitura Municipal de Curitiba, prevendo a construção de um viaduto na BR-116, no Tarumã, facilitando desta forma o fluxo rumo ao Estádio?

Então são estas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as informações que solicito, agradecendo a gentileza do Presidente por me ceder mais alguns minutos para a conclusão.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Airtton Cordeiro, inscrito.

Antes porém, a Mesa registra, com muita satisfação, a presença em nosso Plenário do Deputado Federal Olivir Gabardo.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Minha saudação ao Senador José Richa e ao Deputado Olivir Gabardo, Presidente do Clube do Congresso, que visitam esta Casa.

Venho a esta tribuna para comentar uma profunda alteração introduzida à sistemática de divulgação, no Governo do Estado, já dentro de um elenco de medidas que o Governo Ney Braga adota, para aperfeiçoar os mecanismos que dão sustentação à sua administração.

E quero, particularmente, referir-me à decisão da sub-comissão de comunicação social da Casa Civil do Sr. Governador, abolindo aquele instrumento que, como profissional de imprensa, sempre combati, o "press release"; e devo, para me socorrer nesta oportunidade, de argumentos que caracterizam bem minha posição pessoal, dizer que há poucos anos incumbido de participar de uma comissão para elaboração de estudos referentes à divulgação dos atos oficiais, já recomendávamos, na época, a eliminação do "press-release", não como concessão mas, realmente, como um princípio que deve dirigir a atividade profissional do jornalista mediante uma liberdade maior para o exercício de seu poder de criatividade.

E senti, durante o último Governo, sob a liderança do jornalista Antônio Luiz de Freitas, um esforço bastante grande para o aperfeiçoamento do sistema de divulgação dos atos do Governo do Estado. E vejo agora, na continuidade deste processo, uma atitude que merece ser destacada, por todos nós que entendemos ser a liberdade de imprensa, das mais valiosas que o homem pode ter, e por todos nós que entendemos a importância da liberdade que os jornais, as rádios e as televisões devem possuir, para informar com seriedade a opinião pública. Merece, pois, o nosso elogio esta decisão do Governo do Estado.

Quero mencionar a reação altamente favorável que a medida encontrou junto a empresários de comunicação, profissionais da comunicação. Quanto a estes, vale aqui salientar que se abre um novo mercado de trabalho, pois que os jornalistas formados pelas nossas faculdades, não estavam sendo absorvidos de acordo com a proporção com que saíam dessas mesmas faculdades. E o que nós víamos eram muitos jovens, que fizeram o seu curso de comunicação social, sem qualquer possibilidade de trabalhar. Pois esta providência saudável do Governo do Estado, que enalteço com conhecimento de causa, porque minha origem é deste meio profissional; esta providência abre para os nossos jovens, uma nova perspectiva.

Não se diga, também, que dentro da área oficial, haverá um estrangulamento da oferta de trabalho, porque a alteração do processo, não significa a eliminação da obrigação de informar. Ao contrário, entendo que cada órgão de comunicação, dando agora a sua ótica própria a todos esses acontecimentos, os órgãos de Governo têm que estar perfeitamente equipados para oferecer uma gama de informações aos senhores jornalistas.

Mas, não teremos mais a informação estereotipada, a informação que valia com a mesma redação, para todos os jornais. E a medida, foi tão bem aceita, que já foi objeto de editorial, por parte do jornal "O Estado do Paraná". Menções

elogiosas de outros órgãos de imprensa, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná. E ainda hoje, conversei com um empresário de comunicação, Francisco Cunha Pereira Filho, e ouvia dele, ele como grande líder das comunicações neste Estado, também um elogio a esta medida, do Governo do Estado.

Registro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com dupla satisfação, esta notícia que nos é dada pelo novo Governo. A satisfação do político que quer ver a liberdade de imprensa bem aproveitada, amplamente por todos os profissionais e por todos os órgãos de comunicação. E ao mesmo tempo, Sr. Presidente, pela nova perspectiva que se abre para a nossa classe profissional de jornalistas.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, dentro do Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Gernote Kirinus.

Antes porém, a Mesa registra com muita satisfação, a presença em nosso plenário, do Sr. Abel Morangueira, Presidente da Câmara Municipal de Paranavai.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vai aqui da tribuna a minha saudação ao nobre Senador José Richa e ao Deputado Federal, Olivir Gabardo.

Gostaria, neste momento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de manifestar a minha preocupação aqui em relação às desapropriações que estão ocorrendo em Itaipu, na minha região.

Um tanto frustrado, durante a exposição do nobre colega Tércio Albuquerque, eu não pude fazer os apartes naquele momento. Mas não posso deixar passar desapercibido por esta Casa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando sou testemunha de milhares de clamores de milhares de famílias que estão realmente clamando diante das desapropriações que estão sendo operadas de uma forma injusta. E, diante do pronunciamento feito à semana passada, onde se discorria sobre números e mais números, dados estatísticos e mais dados estatísticos, e a gente muitas vezes, embalados por estes números, que no final servem apenas para bajular, deixa de lado, a preocupação mais séria, que é com o homem e sua situação concreta, como ela se encontra lá na nossa região.

Vejamos, por exemplo, Sede "Alvorada do Iguaçu". A primeira desapropriação que ocorreu. Em Sede de Alvorada do Iguaçu nós encontramos um processo que aqui já denunciávamos, do antigo imperialismo romano: — dividir para vencer — "Dividet et gaudet". Foi esse o processo adotado. Porque, em primeiro lugar, desapropriaram na sede do distrito, as casas comerciais, os postos de gasolina, as farmácias. E, uma vez acabada essa infra-estrutura, o coitado do agricultor que ficou por último teve que fazer 70 ou 80 quilômetros para comprar seu litro de gasolina, seu galão de gasolina, ou os produtos que ele precisava, e, com isso, se desvalorizou a própria propriedade. E, depois, então, eram feitos os acordos com os colonos, que também são feitos de uma forma, desrespeitando a comunidade e a organização social, porque é feito um aqui e outro acolá. Parece que, inclusive, com o intuito de decepar as lideranças, em primeiro lugar, para, depois, colher o resto já mansinho, já dócil e já dobrado aos interesses da desapropriação da Itaipu Binacional.

E, recentemente, nós temos que contestar aqui que um senhor, por exemplo, Arlindo Nando, recebeu a proposta apenas de 35 mil cruzeiros o alqueire, quando nós sabemos que em nossa região, 30 mil cruzeiros custa, apenas, a destoca para o cultivo da terra. Apenas a preparação do terreno em serviço de destoca custa 30 mil cruzeiros. O que lhe resta? 5 mil cruzeiros. E recebeu, ainda a ameaça, de que não voltariam mais a procurá-lo caso não aceitasse. E o colono, muitas vezes apavorado, assustado, diante da possibilidade de ter que entrar em juízo aceita esta proposta, como aconteceu com famílias como esta que temos aqui testemunhado neste

livro ou neste testemunho da Pastoral da Terra intitulado "Mausoléu do Faraó", em que percorremos toda a região e visitamos quase que casa por casa das vilas, onde foram colhidos testemunhos de descontentamento com desapropriações.

Aqui temos uma família de quinze pessoas. Por seis alqueires, no sistema do acórdão, no sistema do contrato de compra e venda, receberam apenas duzentos e cinquenta mil cruzeiros, o que não perfaz a média de sessenta mil cruzeiros, mesmo com as benfeitorias.

Três mil pés de banana havia naquela propriedade; dois mil pés de abacaxi; um pé de goiaba; quinhentos pés de laranjas e a desapropriação desses pés frutíferos são feitos na base do que custa a muda, e não o que produz o pé.

Assim, temos também, em Marechal Cândido Rondon, o caso do Pouso Frio, Pouso 1, 2, em Pato Bragado e o Pouso 3, em Margarida, que são terras que ficaram abandonadas e que não foram colonizadas pela Empresa Maripá, porque não lhes pertencia o terreno.

Portanto, estão ali os posseiros que estão clamando diante de Itaipu, que lhes está oferecendo apenas vinte e dois mil cruzeiros, na média em geral.

Todos esses fatos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de deixar aqui, apenas como o início de debates sobre esse gravíssimo problema, que é a desapropriação na nossa região.

Gostaria de dizer também, que os números e que o nosso negativismo, ou, como somos tachados muitas vezes, de mentirosos, não haverá de nos parar de dizer verdades que o povo está aqui a testemunhar, através desses documentos, através de gravações e documentos que nós temos.

Mais de mil agricultores, estiveram reunidos em 16 de outubro, em Santa Helena, e haverá, talvez, mais de dois mil, clamando agora, dia 7 de abril, na próxima reunião da Assembléia Pastoral da Terra.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Dentro do Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Tércio Albuquerque, inscrito.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Atentamente, ouvi as palavras do Deputado Kirinus. Fiquei surpreso pela sua maneira de nos tachar de bajulador, quando trouzemos a esta Casa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, números concretos, reais, dentro de uma estatística comprovada.

Estamos com cento e setenta laudos aprovados, aqui em nossas mãos, que comprovam o aumento que a Itaipu deu aos preços das terras a serem desapropriadas, numa média de noventa mil cruzeiros, por alqueire. E, quando relatamos os preços dos Municípios de Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, foram preços que incluíam as terras e suas benfeitorias. Porque, a terra nua, nós acabamos de afirmar, e reafirmaremos sempre, que foi a noventa mil cruzeiros, o alqueire.

O respeito que reivindicamos aos Deputados da Oposição e aos nossos nobres colegas de bancada, é por um tratamento justo e de companheirismo. E, não vamos, realmente, aceitar que Deputados usem da palavra para dizerem que estamos bajulando. O que analisei, foi exatamente uma obra que influi no desenvolvimento do Brasil e do Paraguai; uma obra que está dando emprego aos desempregados e aos necessitados. E a este povo, queremos que haja acordos, como até hoje houve, porque caso nenhum, foi levado à Justiça. Tem sido, realmente, antes da interferência de alguém, realizados de comum acordo entre o povo e a Itaipu Binacional.

E haveremos de comparecer às reuniões, para levarmos uma palavra de união, de conforto e de alento àqueles que estão necessitando, porque eles estão sendo imbuídos de inverdades, de demagogias baratas, para colherem, nas próximas

eleições, o voto do povo consciente da minha região que sempre representei ao lado dos meus companheiros e dos agricultores daquela terra.

Queremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvir e debater, imbuídos do propósito de ajudar e desenvolver a nossa terra, de congregar, de unir, os pensamentos, e unir, acima de tudo, a força e o potencial de minha região, da região Oeste do Paraná, que represento nesta Casa.

O Deputado Kirinus, com muita capacidade, nos respondia parte de nosso pronunciamento. E o respeito e a admiração que tenho por este Deputado, começa a cair desde a hora que nos taxa de bajulador. Porque, aqui, não representamos o pensamento da Diretoria da Itaipu, representamos é a defesa de ambas as partes, porque somente um trabalho que queremos realizar junto ao agricultor, ao proprietário da terra, para que eles façam seus acordos da melhor maneira possível, que atendam e ajudem o agricultor que receberá seu dinheiro à vista, como a Itaipu vem pagando, para que eles possam aplicar esse montante, em outras áreas e, continuem, dentro de seu terreno que a Itaipu desapropriou, plantando por mais duas safras, e que retire, também, a sua benfeitoria já indenizada, porque, a própria Itaipu, dentro dos seus acordos, libera, para que o expropriado leve consigo as benfeitorias pagas.

É isto, Sr. Deputado Kirinus e demais Srs. Deputados, o que nós representamos. É o pensamento do povo - porque foi o povo que nos elegeu.

O que nós não queremos ver, no futuro, é que, todos esses casos sejam levados à Justiça ou depósito judiciário, porque, hoje, já temos em nossas mãos, o decreto que torna de utilidade pública os oitocentos quilômetros quadrados, que a Itaipu haverá de desapropriar!

Muito obrigado, Sr. Presidente (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista, inscrito.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesta segunda feira, trezentas e cinquenta refeições diárias, deixam de ser servidas, aos estudantes do Centro Politécnico.

Isto aconteceu, porque o restaurante do DAST, que as fornece, fechou suas portas por falta de verbas. Este, é o primeiro de uma série que deverá tomar idêntica atitude, pela falta de dinheiro. Os quatro Diretórios Estudantis da Universidade Federal do Paraná, que fornecem alimentação para vinte por cento dos estudantes da Instituição, estão ameaçando fechar os seus restaurantes, juntamente com a Casa do Estudante Universitário e a sua equivalente feminina, porque seus cofres estão vazios. Somente o DASCISA tem a haver, do Ministério da Educação e Cultura, novecentos e oitenta mil cruzeiros, verba esta solicitada no ano passado, e que seria suficiente para permitir o fornecimento de oitocentas refeições diárias, aos seus estudantes.

Com tudo isto, Sr. Presidente, mais de três mil universitários que até agora encontravam refeições a preços compatíveis com seus poucos recursos, terão que pagar três vezes mais, nos pontos comerciais.

A Casa do Estudante Universitário, que fornece hum mil e duzentas refeições diárias, foi obrigada, para diminuir os seus custos, a substituir a carne bovina, pelo bife de soja. Os estudantes estão a perguntar: Por que, até o momento, não houve uma resposta às suas reivindicações e melhorias no setor?

O MEC diz que solicitou informações complementares sobre a entidade estudantil, para liberar a verba destinada ao caso, mas o Reitor Ociron Cunha, diz que nada recebeu.

É preciso que o Ministério tome uma providência imediata, para solucionar o problema, pois, o estudante não pode ficar sem se alimentar. Todos quase todos os restaurantes dos Diretórios necessitam de reparos. Somente o da Casa



do Estudante Universitário, precisa de uma caldeira nova e ela está custando um milhão e quatrocentos mil cruzeiros. O Presidente do DAST afirma que, a cosinha do seu restaurante não pode se expandir, aliás, irá diminuir, pois, existe um projeto de construção de uma via que, passará pelo meio do refeitório.

Faço daqui, um apelo, Sr. Presidente: para que o Ministério da Educação e Cultura libere, de imediato, verbas destinadas aos Diretórios Estudantis, para que o nosso estudantes, normalmente, carente de recursos, pagando fortunas para estudar, não venha a sofrer a restrição de sua alimentação tão cara nos restaurantes comerciais e que, pelo preço acessível nos Diretórios, satisfaz ao seu interesse.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, ao primeiro orador inscrito, no Grande Expediente, Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, inscrito.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"As revoluções que só se sustentam na força e na repressão, exigem a segurança do Estado como fim supremo da organização política. A Liderdade, a Justiça e os Direitos do Homem, não podem ser eliminados pela ditadura. A Nação é mais forte do que os governos que querem oprimi-la".

Como vereador e prefeito que fui, exercendo plenamente mandatos que me foram confiados por forças populares, na fase mais repressiva da ditadura, e como Deputado que espero ser, ao usar pela primeira vez a tribuna da Assembléia Legislativa do Paraná, nada mais faço do que continuar a luta iniciada ainda nos tempos estudantis em favor da libertação social, política e econômica não alcançada até hoje, pelo povo brasileiro.

Quero ser fiel, e o serei, Senhor Presidente, aos democratas que, conscientemente, votando nas teses que a nossa candidatura representou, são também, responsáveis pela atuação que aqui pretendemos executar, partilhando o mandato que não é só meu, mas de todos aqueles que se somaram no combate constante a um regime que empobreceu tantos e favoreceu tão poucos.

"Como dois e dois são quatro, sei que a vida vale a pena. Embora, o pão caro e a liberdade pequena."

As propostas que fizemos durante a campanha eleitoral podem ser sintetizadas na frase: "vamos mudar de vida", querendo com isso, ser claro e afirmativo na condenação aos governos revolucionários, ou melhor golpistas, que, esgotados, deixam como herança, entre outras desgraças, a fome, o analfabetismo, a legislação excepcional, o desemprego, a desesperança, a censura, a auto-censura, — que é o medo institucionalizado, — talvez mais maléfica que aquele, a Nação dividida, algumas estradas asfaltadas com dinheiro espoliado da própria América Latina, por onde passam milhões de bóias-frias, tangidos como gado humano, deixam ainda a nação dividida, deixam dívidas e dúvidas. Dúvidas: por exemplo, que ficam do recente episódio, escuro e falto de luz, o episódio da "Light", onde as informações foram mais uma vez sonegadas aos brasileiros pelo carnavalesco ministro Shigeaki Ueki, hoje, motivo de risos de toda a Nação, Nação que esperava que a rapace empresa, fosse revertida ao patrimônio do povo brasileiro. Só as comissões recebidas nesta transação, que tem condimentos de negociata, pelo senhor Antônio Galotti, segundo se afirma, cerca de quarenta milhões de dólares, correspondem aos salários mensais de quinhentos e sessenta mil trabalhadores de nosso País, que se esgotam na semi-escravidão a que estão submetidos, pelo insensível regime capitalista imposto pelos folgazões ministros da área econômica, pais do arrocho salarial, padraos dos operários, que certamente, quando se escrever a verdadeira história do Brasil, figurarão nela, como carrascos responsáveis que são, inclusive, pela elevação da mortalidade infantil, visto que, quem ganha o atual salário

mínimo, não tem condições de oferecer perspectivas de vida aos filhos.

Como se não bastasse a compra da "light" e a quebra do monopólio estatal do petróleo, através dos contratos de risco, riscando-se a soberania nacional, a venda da gasolina a Cr\$ 1,68 o litro, de inspiração do risonho Ministro Ueki, vem a notícia de que o mesmo será o próximo presidente da PETROBRÁS.

Os operários do setor, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que guardam ainda na lembrança os tristes tempos de "administração" Geisel e Ueki na PETROBRÁS já estabeleceram que trabalharão com tarjas negras de luto, como protesto, para manifestar todo o seu repúdio a mais esse golpe que será desferido contra a PETROBRÁS e contra eles mesmos. Estão brincando demais com a paciência do povo brasileiro.

Mas "para mudar de vida" é necessário e fundamental que concentremos nossa luta em torno da volta ao Estado de Direito Democrático e na organização popular em todos os níveis, como prevenção contra os golpistas que estão assanhadíssimos e inconformados, numa latência endêmica e perigosa, como é fácil comprovar nos recentes episódios da preterição do democrata Rodrigo Otávio à Presidência do Superior Tribunal Militar, da pejoração de Andrada Serpa, aliás, parente do fossilizado direitista José Bonifácio, da apreensão de jornais, de processos contra jornalistas que prestaram um serviço à Nação, denunciando os psicopatas que mutilam física e mentalmente patriotas, nos porões da ditadura.

Tem Vossa Excelência o aparte.

O Sr. Quielise Crisóstomo — Talvez, o entusiasmo compreensível e justificável, até mesmo, de um Parlamentar que, pretende representar o seu povo e a sua gente, fosse o principal motivo do esquecimento de Vossa Excelência, de que foi nesse regime, nessa falta de democracia, que Vossa Excelência alude da tribuna, e da direção desses homens por Vossa Excelência acusados de tantas atitudes coercitivas, que o nobre orador da tribuna, externa, livremente, seus pensamentos e veio para esta Casa de Leis, eleito pelo povo, no sistema que Vossa Excelência condenou.

O meu parêntese, a minha intervenção é somente para que, o seu entusiasmo seja arrefecido; que Vossa Excelência não esqueça de que esta Casa ganhou, em Vossa Excelência, um Parlamentar que esperamos seja ilustre, no sistema condenável, no linguajar do tribuno que escutamos.

Pediria a Vossa Excelência, que trouxesse a esta Casa de representação popular, tudo quanto de bom esperamos de um colega, mesmo da bancada da Oposição mas, que respeitasse o momento histórico pelo qual passou o povo brasileiro, da necessidade de intervenção de seus dirigentes, num sistema de liberdade confundido com liberalidade e que nessa fase e nesse episódio do mundo democrático, do mundo livre, o Brasil ditou normas de que nem mesmo a ação coercitiva do regime russo, nem mesmo a liberalidade do povo americano do norte. O Brasil disse ao mundo livre, que até mesmo a liberdade deve ser fiscalizada.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Agradeço o aparte do nobre Deputado, mas que fique bem clara a diferença que existe entre o conceito que faço de democracia, e o conceito que Vossa Excelência acaba de dizer, nesta Casa. Democracia para mim, Sr. Deputado, significa pão na mesa do trabalhador; democracia para mim, significa a erradicação do analfabetismo e da fome; democracia, significa o fim do aparelho repressivo que mutilou tantos e tantos brasileiros. Os nossos conceitos são diferentes.

Venho para esta Casa, para cumprir compromissos que assumi, não só nesta eleição, mas que assumi, ainda quando criança, quando ginasiano, digo aqui, nesta Casa de Leis, saía a escrever nos muros "PETROBRÁS, o petróleo é nosso",

vendo naquilo uma luta de todo o povo brasileiro para alcançar a sua libertação econômica que até hoje, não foi conseguida. E não posso deixar esta oportunidade que se me apresenta e dizer aqui, alto e bom som, que não concordo com aquilo que andam fazendo com a soberania nacional.

**O Sr. Quíselo Crisóstomo** — Vossa Excelência me concede mais um minuto de aparte, para eu não perder a oportunidade?

**(Assentimento)** — Realmente o pão, o alimento, seriam para nós, representantes de um povo, um grande objetivo de luta. A solução da fome, a solução para combater as doenças endêmicas do nosso Estado e do nosso País, esses seriam os nossos objetivos, seus e meus. A solução desses problemas seriam, talvez, uma bandeira de democracia.

Mas, usar, Sr. Deputado, da miséria do povo, usar da fome que porventura haja no meio de nossa gente mais humilde, para promoção política através da miséria de nossa gente, isso não é democracia, isso é demagogia. Muito obrigado.

**O SR. WALDYR PUGLIESI** — Vossa Excelência confunde novamente todas as coisas. Ninguém do MDB explora a miséria do povo brasileiro. O povo brasileiro sim, é que está imposto a esta miséria pelos governantes que, há quinze anos atrás, desfecharam um golpe militar neste País, e através da política econômica, baseada no mais terrível aparato policial militar que se estabeleceu na América Latina, estão submetendo os brasileiros a esse regime de fome. E nós, do Movimento Democrático Brasileiro, temos a obrigação com a nossa consciência, de levantar, de denunciar estes fatos que existem em nosso País. Nós simplesmente não iremos querer tapar o sol com a peneira.

A democracia só será alcançada a partir de uma anistia ampla, geral e irrestrita, tão exigida pela consciência da Nação, como ponto de partida para a consecução de novo pacto social, que está rompido e que brotaria após a anistia, das discussões de toda a sociedade brasileira, de todos os setores da sociedade brasileira no contexto de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Chego renovado pela confiança popular e curtido na luta, no pelegar gratificante contra a corrupção e o poder econômico exercidos até a exacerbação nas últimas campanhas políticas, nas últimas eleições. Chego com cicatrizes colhidas no estreito caminho da liberdade, no enfrentamento difícil e perigoso à ditadura instalada no País, após o golpe desfechado nas instituições há quinze anos, para permitir a continuidade dos privilegiados das classes dominantes, que, através do novo regime instalado sob tutela militar, que continua até hoje com a mexicanização do mandato de Figueiredo, deram novo salto na acumulação de capital e riquezas através de sua aliança com o capital monopolista internacional.

Tudo isso foi conseguido através de repressão inusitada na história pátria, no campo econômico e político, arrocho salarial, quebra da autonomia sindical, fim da estabilidade, cassações de mandatos, que permitiu portanto, despudorada concentração de renda que levou à fome milhões de brasileiros.

A ditadura instalada através da força, quebrando a legalidade constitucional, eliminando conquistas sociais, como o direito de greve, teve momentos em que se superou a si mesma no arbítrio, na repressão, na ilegalidade. Onde não há respeito à Lei, o crime está na cercania. E os crimes foram cometidos contra o povo brasileiro que teve milhões de seus mais autênticos defensores presos, banidos, exilados, torturados, aleijados, consumidos, seqüestrados e mortos.

Quem tem a coragem de defender uma ditadura que tortura e mata? Por incrível que pareça, Sr. Presidente, Srs. Deputados, muitos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: nós da resistência democrática queríamos que as bolas de tênis neste país, fossem usa-

das para forjar campeões e não para calar os gritos lancinantes de dor, de torturados como Wladimir Herzog, que fugindo do nazismo, na Europa, foi assassinado com uma bola de tênis entalada na garganta, nas malditas masmorras savakianas, ou fleurianas, de São Paulo, morrendo ali, e salvando muitos com sua morte, nas patas animais do nazismo, sofisticado do qual tinha fugido da Alemanha, com seus familiares.

Por isso, a inutilidade do medo, Sr. Presidente!

Por isso, a inutilidade da fuga, Srs. Deputados. É preciso resistir..."

Tem o aparte o Deputado Gabriel Manoel.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Nós agradecemos Deputado, pelo aparte. Vossa Excelência de fato tem razão, mas, como diz o adágio popular, dos males o menor, porque Vossa Excelência, como jovem, como estudante, também não queria ver o nosso País na beira do caos, na beira da baderna como estava antes de 1964, para ser entregue, para potências esdrúxulas, potências que não coadunam com o Poder de pensamento cristão que é o poder do povo brasileiro. Vossa Excelência talvez tenha razão em apontar erros, desse governo de quinze anos, mas erro pior, Sr. Deputado, é voltarmos à baderna de 1964, que Vossa Excelência na juventude, talvez não estivesse a par. E dentro dessa euforia, eu peço a Vossa Excelência que procure retroceder e ver em 1964, para onde ia caminhando a nossa querida Pátria com o auriverde pendão da esperança, ameaçado pela foice e pelo martelo. Muito obrigado.

**O SR. WALDYR PUGLIESI** — 1964, não sou eu quem diz, mas são os historiadores que já chegaram à constatação evidente.

Inclusive, não só nós, da resistência democrática brasileira, mas pelo mundo afora, nos Estados Unidos mesmo, já se chegou à constatação que eles deram simplesmente um golpe, para fazer com que o povo que estava emergindo da miséria, para alcançar através das reformas de base, novo estágio de desenvolvimento social e econômico, esse povo, foi marginalizado do processo pelo golpe militar de 1964, que permitiu isso aí, que nós falamos no nosso pronunciamento: novo acúmulo de riquezas e de capital, nessa aliança espúria do Estado, do capital monopolista internacional, e do grande capital nacional, que também age de maneira predatória.

"A antilei, o arbítrio têm que ser combatidos onde quer que se encontrem". Temos que construir onde vivemos, regime que não faça tropelias em cima do ser humano. Temos que construir um regime onde os serviços, os bajuladores, os vassalos, os carreiristas, os inimigos da democracia, não tem o poder para impor o seu corrupto modo de viver, o seu apetite insaciável.

A sociedade brasileira chorará de vergonha, mesmo que seja através de seus descendentes, que esperamos com maior sensibilidade, quando fizer reflexões sobre estes tempos difíceis e amargos, por ter permitido que filhos seus fossem esmagados, enquanto era anestesiada pela propaganda do poder, definhava no maldito charco da doutrina doentia do desenvolvimento com segurança, doutrina da guerra interna, que jogou na confrontação, irmãos, dividindo o povo brasileiro e institucionalizando o dedo-duro, asqueroso sub-produto da ditadura.

Outro dia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um alto figurão deste regime, não teve pejo em afirmar que pelos quadrantes brasileiros, pelos oito milhões e quinhentos mil quilômetros desta terra brasileira, existem mais de trezentos mil agentes de segurança que estão, talvez, até aqui, fiscalizando aquilo que nós estamos falando.

O falso ficou como real, o postiço como verdadeiro. E pergunto, quem vai pagar os anos de nossa vida, que ficaram perdidos, amorticados no obscurantismo deste regime, que impôs censura e auto-censura à criação, ao livre pensar, quem pagará o tempo que perdemos?



Há poucos meses, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há poucos meses, um operário brasileiro de Londrina, teve que extirpar um testículo, porque foi seqüestrado no Interior e torturado aqui, na bela e afável capital, aqui na belíssima Curitiba. Teve que extirpar um órgão do seu corpo, em virtude das torturas a que foi submetido. E ainda querem que a nossa voz fique calada. A nossa voz se calará, quando não tivermos mais forças para fazê-la sair interpretando sentimentos de liberdade, de justiça e paz, que todo o povo brasileiro deseja.

Como estas coisas podem acontecer, Sr. Presidente?

Como as autoridades permitem que estes atos possam ser cometidos?

Vamos fazer um compromisso de luta e aqui eu os convindo, para que não haja emporcalhamento da vida nacional, através desta prática criminosa. Nossa saudação a todos os resistentes, a todos que não aderiram à ditadura, a todos que tiveram coragem de permanecer nas trincheiras de luta, nossa luta é pela liberdade. Pela LIBERDADE mesmo. Pior que a falta de liberdade, é a liberdade com medo. Ontem era falta de liberdade, hoje é a liberdade com ameaças. Não passa sequer um dia, Sr. Presidente, sem que tenhamos ameaças vindas por vias "portelinas", "jarbistas" e de militares de todos os lados, como se fôssemos crianças do século passado, que tinham suas orelhas puxadas quando bem entendessem os professores de bons costumes.

Ainda outro dia, durante a posse do novo Ministro do Exército, quando nós brasileiros, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estávamos esperando que Sua Excelência fizesse uma profissão de fé democrática, dizendo que estaria ali para jogar todo o prestígio do honrado Exército Brasileiro, para combater o arbítrio que ainda vive, nos surpreendemos com declarações do Sr. Ministro, dizendo que aqueles elementos dos órgãos de segurança não seriam desassistidos. E aí ontem, então, nós, democratas brasileiros, tememos por essa abertura, tememos principalmente pelo não retorno da democracia ao nosso País.

Basta de intolerância, é preciso lutar pela anistia; mas anistia ampla, geral e irrestrita. Não queremos a hemiplégica anistia que o Governo ilegítimo nos quer impor. A tática governista não passa de manobra diversionista para dividir a luta de todo o povo brasileiro, que deseja o esquecimento desse tétrico período de história.

Não queremos esmolas, senhores detentores do poder. Queremos nossos direitos que foram usurpados. E nós conquistaremos esses direitos através de tantas lutas, quantas sejam necessárias para desencadear e para alcançá-las. Que o pão encontre na boca, o abraço de uma canção inventada no trabalho; não a fome fatigada, de um suor que corre em vão.

Venho de uma região onde o empobrecimento é sentido em cada propriedade rural, em cada cidade. Como diz o poeta: "o pão quando chega ao lar do bóia-fria, é um verdadeiro troféu de humilhação. As propriedades rurais estão se concentrando nas mãos de poucos. Não é muito diferente a situação citadina: dez por cento da população de minha região - e isto vale para o Estado, é composta de bóias-frias. Os sindicatos rurais, entregues à pelegos em sua quase totalidade; não fazem nada além de um caricato assistencialismo que nas épocas eleitorais, geralmente com os presidentes a comandá-los, grupos que rodeiam o Sindicato, se põem no campo, para dizer que se o MDB ganhar as eleições, irá acabar com a aposentadoria rural que foi uma conquista de todo o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — A Mesa informa ao nobre Deputado, que está esgotado o seu tempo regimental. Entretanto, consulta a Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, se cede o seu tempo. (Perfeitamente). Vossa Excelência tem quinze minutos para usar a tribuna.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Muito obrigado.

Veja, Sr. Presidente, a que ponto se chegou neste País na escalada da mentira. A incipiente indústria já começa a matar os rios. Mata rio, mas não paga hora extra. Mata rio, mas não registra empregado, quase sempre.

Não só patriotas são torturados e mortos neste País, Sr. Presidente, os rios também perecem nas unhas de capitalistas vorazes, que querem lucro fácil e rápido. São os fabricantes da morte no atacado e no varejo.

Voltaremos a estes assuntos. A solução sem dúvida, Sr. Presidente, para o campo está em se fazer uma reforma agrária, justa e democrática que propiciariam novas soluções de produção de uso de solo, de relações mercantis.

Mas, pesa sobre a agricultura brasileira, neste momento, terrível ameaça, depois de ter entregue de joelhos, ao capital estrangeiro, a indústria e o comércio, o entreguista chefe de vários governos, voltará para fazer o mesmo com a zona rural. E assim, completará a sua obra. Será elogiado pelos bajuladores de sempre até o dia em que possamos ter eleições livres e diretas em todos os níveis. Aí então, o poder será do povo e a verdadeira história do povo brasileiro começará a ser escrita.

Não venho para ser agradável. Venho cumprir compromissos e honrar o voto recebido. A nível estadual, tenho que reafirmar que não sou adepto nem do Governo que sai, nem do que entra. Ambos são ilegítimos.

Do que sai, senti na carne a discriminação, por ser independente, por ser fiel ao programa do meu partido; do que entra, Sr. Presidente, nada espero, pois que vem com diploma de pós-graduação, alcançado na universidade do arbítrio, que foi o Governo Geisel.

O AI-5 está morto, mas renasce nas salvaguardas. A abertura é tão pequena, ainda, que por ela não tem entrado a voz do povo brasileiro, para chegar aos ouvidos moucos de quem está acostumado a serrar, de cima, com o chicote do arbítrio na mão.

Na história dos homens, Sr. Presidente, cada ato de destruição, encontra sua resposta num ato de criação. Assim será, queiram ou não.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) Dentro do

horário reservado, concedo a palavra ao Deputado Nilso Sguarezi, que tem dez minutos para fazer uso da tribuna.

O SR. NILSO SUGAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendíamos comentar este assunto na última sexta-feira, mas, em virtude da suspensão da sessão, só nos é possível tecer comentários hoje, a respeito, Sr. Presidente, dos gastos efetuados com as solenidades de posse do nosso General Presidente. (Lê): "Nada menos que três mil quilos de carnes, peixes, saladas, doces, queijos e frutas serão servidos aos cinco mil presentes ao banquete que o General João Baptista Figueiredo oferecerá hoje, às 21,00 horas, no Palácio do Itamarati, às delegações estrangeiras e autoridades brasileiras que prestigiarão sua posse.

"Organizado pelo cerimonial do Palácio do Planalto e do Ministério das Relações Exteriores, o jantar deverá ser o ponto alto das solenidades de posse do novo Governo.

"Serão servidos sessenta diferentes pratos frios, quinze pratos quentes, cinquenta variedades de doces brasileiros, tortas, saladas e frutas tropicais, além de diversos patês e doze espécies de queijo. Tudo isso de procedência nacional, assim como as cinco mil garrafas de vinho e champanha que serão oferecidas juntamente com hum mil e quinhentas garrafas de uísque escocês provenientes dos armazéns da Alfândega, isto é, apreendidas quando cotrabandeadas para o País.

"Perto de cem milhões de cruzeiros, ou cerca de cinco milhões de dólares custando aos cofres públicos e a algumas empresas de porte a posse do General João Baptista Figueiredo. Ainda que a demonstração dos gastos se torne difícil pela ausência de informações objetivas, e pela diversidade de fundos

mobilizados, o elenco de atividades previstas para hoje e amanhã indica que facilmente será atingida essa cifra.

"Mais de três mil e novecentos estudantes, cada um representando um município brasileiro, estão desde anteontem em Brasília, transportados, alojados e alimentados pela Liga da Defesa Nacional, com recursos de empresas públicas estaduais e federais que devem atingir a mais de trinta milhões. A hospedagem de noventa e seis delegações estrangeiras, algumas com cerca de cem pessoas, como a da URSS e a dos EUA, em hotéis de luxo, inicialmente no Rio e desde ontem em Brasília, assim como o aluguel de trezentos galaxias de luxo e trezentos Opalas pretos, com os respectivos motoristas e guardas de segurança, para acompanhar os visitantes que estão sendo alimentados em restaurantes por conta do Itamaraty; acomodações para os ministros que saem e os que entram, e ainda para os dirigentes empresariais convidados para a solenidade, alcançam, seguramente a cifra dos vinte milhões de cruzeiros.

Dez mil soldados do Exército, Marinha e Aeronáutica, que, a partir da zero hora de hoje, até amanhã, ao meio-dia, ocuparão praticamente toda a cidade, controlando todas as suas saídas e guardando a área central; a convocação de todos os diplomatas em disponibilidade nas Embaixadas do Brasil e do Exterior; recepcionistas contratadas para orientar visitantes, enfim, são despesas que ultrapassam seguramente aos quinze milhões de cruzeiros.

Haverá transporte e lanches para os populares que participarem da concentração pública na Esplanada dos Ministérios, aos que assistirem gratuitamente o "show" artístico programado para o ginásio de esportes ou a partida de futebol entre Flamengo e Corinthians. A cidade teve as suas principais vias decoradas com bandeiras dos países que enviaram delegações oficiais à posse. O pagamento dos funcionários que cuidarão de viabilizar tais acontecimentos, os cachês aos artistas, as cotas aos clubes de futebol; o transporte dos figurantes e da alegoria da Escola de Samba Mocidade Independente, que se apresentará na Avenida W 3, e ainda, mobilização da Agência Nacional, que transmitirá a todo o País, imagem dos acontecimentos: dificilmente custará menos de dez milhões de cruzeiros.

Tudo isso, sem contar o farto banquete para cinco mil pessoas, que se constituirá no ponto alto das festividades, no qual, serão servidos faisões, surubim fumé, garrafas de "whisky" estrangeiros, mas que, se compradas, custariam cerca de um mil e quinhentos cruzeiros cada; champanhes, vinhos e dezenas de sobremesas."

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Se a tudo isso participasse o povo brasileiro, se a tudo isso tivesse a possibilidade do homem simples do povo participar, convenhamos, seria até razoavelmente explicado. Mas, o próprio jornal deixa bem claro: "A preocupação maior dos organizadores da posse é com a Esplanada dos Ministérios, cujos acessos serão rigidamente guardados, para evitar que manifestações hostis venham a prejudicar o pretendido brilho do acontecimento. A população poderá se dirigir a pé, para ver a passagem dos futuros governantes, mas não poderá entrar em nenhum dos prédios públicos onde se realizarão as solenidades. Tanto a entrada do Congresso Nacional, como do Palácio do Planalto, haverá um rígido esquema de segurança para permitir que entrem apenas os convidados."

**O Sr. Nestor Baptista** — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Como se pode querer a participação do povo se, aqui em Curitiba, hoje, quase três mil estudantes ficaram sem refeições, com o fechamento do restaurante do DASC, que dá alimentação aos estudantes do Centro Politécnico do DACISA, que também fechou suas portas, e também a Casa do Estudante Universitário, ala masculina e feminina, que estão deixando de atender os estudantes. Seria até demais pedir que o povo participasse de toda essa festividade brasileira.

**O SR. NILSO SGUAREZI** — Não chego a tanto, Sr. Deputado, a participação do povo, nos regimes ditatoriais, realmente, é impossível. Mas, eu existiria apenas uma coerência ao Presidente. Este mesmo Presidente, Srs. Deputados, colocou os Senhores Governadores de Estado, em Brasília, e a imprensa noticiou, recomendou a cada Chefe de Estado, evitasse os elevados custos com os dinheiros públicos.

Sr. Deputado, esse mesmo Presidente pediu aos governadores que apertassem o cinto!

Eu não exigiria a participação do povo, exigiria mais autoridade no manuseio do dinheiro público.

**O Sr. Gernote Kirinus** — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Gostaria de me aliar a esse seu pronunciamento, dizendo que o povo, deseja participar, como ocorreu no dia da posse, mas quer participar de forma crítica e autêntica, ele é recebido com porrete, com cassete, é recebido com prisões.

Eu diria mais: todo esse banquete que é um verdadeiro atentado à justiça social em que vivemos no Brasil, vem representar aquilo que os nossos adversários nos peçam, de demagogos. Vem representar exatamente, a realidade em que vivemos, em que vive o povo. Quando denunciemos estes fatos é que somos denunciados como negativistas!

Muito obrigado.

**O SR. NILSO SGUAREZI** — Para concluir, Sr. Presidente:

As solenidades registradas na Capital Federal e que marcaram a transmissão do encargo presidencial, notabilizaram-se pelos fabulosos gastos do dinheiro público. Mais de cem milhões de cruzeiros foram gastos para a posse do novo General que assume o comando da Nação brasileira. Elevada soma de recursos, permite que se tire a primeira conclusão, de que, não será no longo período de seis anos que veremos serem extintas as mordomias governamentais!

"Pão e circo" foi o que se viu. Pão, no gastronômico banquete de cinco mil convidados, onde só as elites ingressaram, e, circo, com futebol e samba para o povão.

É racional que se alimentem esperanças, aqui, e em qualquer nação do mundo, com a troca de governos. Isso é da natureza humana, do otimismo mais conformado, que, se renovem as esperanças.

Todavia, parece que se esforçou e em muito, o novo General do Palácio do Planalto, para matar desde cedo estas esperanças, na austeridade dos gastos públicos.

Ora, quando se tributa sobre as classes assalariadas mais imposto de renda para cobrir o infortúnio dos brasileiros flagelados que, sem teto e com fome, clamam pela ajuda indispensável à sobrevivência, esperava-se do novo Governo, pelo menos, uma festa de posse mais discreta. Porém e lamentavelmente, isto não ocorreu e, só para se ter uma idéia, basta afirmar que, os cem milhões gastos, no Ano Internacional da Criança, seriam suficientes para saciar por seis meses, a fome de quinze milhões de menores abandonados.

Aos que acompanharam as declarações proferidas aos governadores, pelo novo Presidente, estão a se perguntar o que pretende o mesmo, dizer, quando falou em reduzir os gastos públicos, pois, a maioria está acreditando que o novo Presidente também seja um daqueles que utiliza a filosofia do "faça o que digo mas não faça o que faço"! Mandou os governadores apertarem o cinto e ele, o próprio Presidente não soube apertá-lo; deu um banquete formidável, para uma delegação estrangeira, da Rússia, quando vemos neste País, Sr. Presidente, ser considerado crime o fato de alguém conversar com um comunista e, o Presidente deste País, recebe e oferece banquetes a delegações de países super subdesenvolvidos, como Rússia e Estados Unidos, delegações de cem pessoas, isto, às custas do povo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quando o povo é proibido de conversar com russo, proibido de conversar com comunista. Este Presidente, Sr. Deputados, recebe

cem pessoas dessas delegações, em hotéis do Rio e de São Paulo, que vieram aqui fazer turismo!

Por isto, acreditamos, e lamentavelmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que, nós vamos ter um Governo de grandes mordomias! — *(Sem revisão do orador)*

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — A Mesa consulta se a ARENA deseja fazer uso da palavra.

Com a palavra, o Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Senhor Presidente, eminentes Senhores Deputados.

Inicialmente, quero agradecer à Liderança da Aliança Renovadora Nacional e do Governo, a oportunidade que me dá, de mais uma vez assomar a esta tribuna e o faço, Senhor Presidente, Senhores Deputados, com imensa satisfação, porque não sei exatamente em dias e meses, o tempo que ainda terei na convivência fraterna e amiga com os senhores deputados, que aqui trabalham pelo bem da coletividade paranaense.

Mas, Senhor Presidente, no início de Legislatura, me assusta e confesso, não poderia deixar de fazê-lo: o tom dos discursos aqui pronunciados por alguns dos inteligentes Senhores Deputados do Movimento Democrático Brasileiro. É sabido, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que numa Casa Legislativa, quem escolhe o terreno em que se deve pisar, é a Oposição. É histórico no Brasil, como de resto, no mundo inteiro, que quem escolhe o diálogo até o tom da voz com que se emitem os conceitos nos Parlamentos, são os homens que compõem a Oposição. É exatamente ali, Senhor Presidente, que me assusta, como homem vivido nas lides políticas, como homem que começou fazendo política na Oposição, combatendo os Governos da época, talvez com a mesma verborosidade, com a mesma tonalidade, com a mesma disposição de destruir, que vejo hoje, nesta Casa. Assusta-me mais, Senhor Presidente, porque estamos no limiar de uma nova democracia, Senhor Presidente. Democracia que, com toda sinceridade d'alma, acredito vislumbro a curto prazo, para poder ainda, Senhor Presidente, como geração de ontem já, presenciar a geração de hoje e a de amanhã, que desponta, desejando participar dela, ajudar a fazer deste Brasil, aquilo que numa festa carcaulesca, mundana, um grande nome da 7ª arte, da velha Itália disse: "O Brasil é ainda no mundo, o único País feliz". Permite-se ele, que vem de uma democracia, fazer uma afirmação desta natureza no instante de transição, no instante em que todos nós brasileiros aguardamos a oportunidade de termos maior participação na formulação de um modelo próprio brasileiro, do qual haverão de participar todos os brasileiros, o bóia-fria, o intelectual, para não mencionar o intermediário destas duas parcelas da opinião pública brasileira, é porque o candidato, que hoje é Presidente da República Federativa, João Baptista de Oliveira Figueiredo ou João Baptista Oliveira de Figueiredo, afirmou na sua posse, exatamente, ou reafirmou na sua posse, exatamente, aquilo que, como candidato, haver afirmado e jurou sobre a sua honra que eu acredito seja a honra do filho de um revolucionário constitucionalista, Sr. Presidente, Srs. Deputados; irão de um intelectual democrata, Sr. Presidente, e de um homem que mesmo sendo militar, não pode, absolutamente, em vinte e quatro horas de Governo, ter a sua ação, de homem público, medida. Acredito que nós, brasileiros, estamos no limiar de uma democracia; e disse, Sr. Presidente, que via com tristeza o início dos debates, nesta Casa, se ferirem tão ásperos, porque chamados de subservientes, de bajuladores e de outros adjetivos aos quais rechaçamos, Sr. Presidente, com o guarda-chuva da honrabilidade, da honradez e, acima de tudo, da ética parlamentar e da boa educação, é que venho a esta tribuna, fazer um apelo:— ataque-se, fira-se, filosoficamente, esta forma de Governo instituída no Brasil. Mas, ao mesmo tempo e, isto é possível fazer-se, façamo-lo, nós do MDB e da ARENA, da forma a que, neste Parlamento, se mantenham, altos e estrei-

tos, os laços de amizade, de compreensão dos homens dos Partidos que aqui se degladiam. Façamos com que as idéias que cada grupo defende, não permitam nunca, jamais, que se arranhe, nem de leve, a dignidade do colega, do amigo, daquele que está aqui, tanto quanto Vossas Excelências, Senhores aguerridos Deputados do MDB, trazidos pela vontade do povo brasileiro que vota e que decide as questões paranaenses. Seria demagogia dizer, eminentes Deputados e Sr. Deputado Pugliesi, em especial, que o Deputado que está nesta tribuna, sai desta Casa, proximamente, se Deus quiser, tão somente e, apenas, para garantir a sobrevivência de sua família; que, tendo ocupado os cargos que ocupou, nem sequer, tem, ainda, sua casa própria; é mutuário do BNH. E fica, portanto, este Deputado, machucado, pisado, apoquentado, ferido, quando ouve dizer, como ouviu na semana que passou, de alguns Srs. Deputados que eu tanto prezo e a quem desejo me aproximar para fazer mais um amigo, que nós, da ARENA, aqui estamos, porque escudados pelo guarda-chuva da ilegalidade, da prepotência, do dinheiro público, e tantas outras afirmações que nos deixaram atônitos, pensativos.

Valeu a pena a luta? Será que valeu a pena deixarmos a Oposição depois da eleição de Ney Braga, em janeiro de 1961, para vislumbrarmos um Paraná novo? Será, Sr. Presidente, que valeu a pena em 1964, na opção; entre dois partidos só, Sr. Presidente, nós que participávamos de um partido da eterna vigilância e que não sabíamos ser Governo, será que valeu a pena, na opção entrarmos na ARENA e nela termos tido a compreensão, Sr. Presidente, de que as reformas viriam, gradativas, lentas mas firmes, cimentadas para que, no futuro, a Pátria brasileira fosse o que será, o exemplo de grandeza, de pujança, e acima de tudo de paz, de tranqüilidade, uma Pátria onde disse outro dia aqui, os pobres serão menos pobres em números e em recursos e em que os ricos haverão de ser menos ricos, para que haja no equilíbrio o respeito e a fraternidade.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me permite um aparte? *(Assentimento)*

*(TÍMPANOS)*

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — A Mesa informa ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, que lamentavelmente, tem um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O Sr. Nilso Sguarezi — Eu serei breve, eminente Deputado.

O SR. IVO THOMAZONI — Concedo o minuto ao eminente Deputado, Líder do MDB, Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi — De plano, quero interpretar o discurso do eminente Deputado Waldyr Pugliesi, como objetivamente não ter se referido à nobre Bancada da ARENA. Parece que há um raciocínio subjetivo de Vossa Excelência, de que as referências teriam sido destinadas à bancada e me parece que isso não foi. Mas, no terreno subjetivo em que Vossa Excelência se estriba, para levantar essas afirmações, vê, Vossa Excelência, que o MDB tem razão, às vezes, em protestar. E razões objetivas.

Vossa Excelência há pouco dizia que fez a opção de entrar na ARENA, porque acreditava em lenta e gradualmente nas reformas de base, que realmente solucionariam a situação brasileira, a fim de que houvesse menos pobres e de que os pobres tivessem uma ascensão social. Mas, nobre Deputado Thomazoni, não encontro explicação alguma na reforma lenta e gradual do "pacote de abril". É um retrocesso claro e Vossa Excelência tem que concordar comigo. Como que Vossa Excelência quer que a Oposição se cale, quando a Nação é golpeada no seu íntimo, quando a Nação é espezinhada por um homem só. Isso não é reforma. Isso é retrocesso, isso é involução.

Quando, Sr. Deputado, nós vemos que lamentavelmente o número de pobres aumenta mais. Aí estão os bóias-frias, em estatísticas assustadoras. Então, queria Vossa Excelência

que a Oposição ficasse consentindo com esses descalabros, quer administrativos, quer políticos, que acontecem em nosso País?

Concordo com Vossa Excelência, de que aqui como ali se sentam homens honrados. Os homens que se sentam nesta Assembléia, todos dignos e honrados. Mas lamentável, nobre Deputado Ivo Thomazoni, em outras Assembléias, em outros Parlamentos, houveram homens que, graças ao "pacote de abril", entraram pela porta dos fundos, que foram os Senadores biônicos, que não só causaram revolta dentro do MDB, como também na própria Arena.

Por isso, nobre Deputado, objetivamente acredito não ter sido o discurso do Deputado Waldyr Pugliesi, para jogar carapuça em quem quer que seja, mas objetivamente, ele se destinou a dar vazão a este inconformismo que nós do MDB temos, de ver que acontece o retrocesso, e esse retrocesso é mascarado, como reforma.

Era o aparte.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente. Desejo respeitar o Regimento Interno, e sair da tribuna, para dizer uma profissão de fé: Valeu a pena lutar nas fileiras da Arena, que fez neste Brasil, uma obra administrativa que o MDB haverá, de tanto quanto eu, de reconhecê-la como meritória dos aplausos de todos os brasileiros.

Se Deus quiser, Sr. Presidente, virei aqui um dia, para, no Grande Expediente, falar sobre ela, e então sim, abriremos as luzes para uma discussão que haverá de ser, tenho certeza, em nível alto, num clima de amizade, de fraternidade, que tanto quanto nós, o MDB haverá de pretendê-lo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, Líder do MDB, indicando os nomes dos Senhores Deputados que irão compor as diferentes Comissões Técnicas da Casa. - Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.

A Presidência comunica que está encerrado o prazo para apresentação de emendas à Proposição de Emenda à Constituição Estadual, já devidamente apoiada pela Casa.

(É lida a Proposição).

Solicito dos Senhores Líderes, a indicação de membros à Comissão Especial de Reforma Constitucional, que acaba de ser lida.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, já recebido pela Mesa em sessão anterior, solicitando a criação e instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a fim de apurar a situação pertinente à Erosão, Poluição, Florestas e Vasão dos Rios no Estado do Paraná.

A Presidência solicita dos Senhores Líderes a indicação de membros à CPI que estuda o requerimento ora lido.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 52/78, de autoria do Deputado LÁZARO DUMONT, que autoriza o Poder Executivo a denominar PROFESSORA MARIA CINTRA DE ALCÂNTARA, o Grupo Escolar de Tamarana, localizado no Distrito de Tamarana, Município de Londrina. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 166/78, de autoria do Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que autoriza o Poder Executivo doar à Ordem dos Pregadores (Província Dominicana Utriusque Lombardiae), áreas de terreno que especifica,

situadas no Bairro do Tarumã, nesta Capital. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Vereador Alcides Vodonos, ocorrido em União da Vitória. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Elísio, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Papa João Paulo II, pela divulgação da Encíclica "Redemptor Hominis". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Prefeito Municipal de Curitiba e Diretor do DETRAN, encarecendo providências para a iluminação e sinalização na trincheira construída sob a Avenida Manoel Ribas, e que liga as Ruas Inácio Lustosa e Padre Agostinho. — Em discussão.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para discutir, adia-se para a próxima sessão, na forma do Art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de pedido de informações, sobre um rol de questões, com referência à construção do Estádio Pinheirão. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, incumbiu-nos o Sr. Governador do Estado, de comunicar à Casa, especialmente à nobre bancada do Movimento Democrático Brasileiro, de que todas as informações que forem solicitadas do Governo do Estado, terão pronta resposta por parte do Executivo Estadual.

Todavia, Sr. Presidente, o Governo assumiu há três ou quatro dias, e esta Casa já aprecia um encaminhamento de pedido de informações sobre a construção do Pinheirão. Evidentemente, as negociações, as demarches até agora realizadas com relação àquela praça de esportes, não foram da lavra, da autoria do atual Governo.

Nestas condições, Sr. Presidente, a bancada da Arena votará contra o requerimento.

Com isto, nós não queremos, em absoluto, desconsiderar o nobre Deputado Mário Celso, que tem de nossa parte toda a simpatia, toda a afeição, mas nos comprometemos já, na próxima semana, de trazer as respostas que S. Ex.<sup>a</sup> está requerendo, em nome dos desportistas do Paraná.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em discussão.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para discutir, adia-se na forma regimental, para a sessão de amanhã.

O SR. NESTOR BAPTISTA — (Pela ordem).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Apenas gostaria, depois de manifestada a intenção do Líder da Arena, Deputado Erondy Silvério, de que os membros da Arena votarão pela rejeição do requerimento do Deputado Mário Celso, mas que houvesse uma atenção bastante grande, Sr. Líder, para os quesitos formulados pelo Deputado Mário Celso, porque é o Pinheirão uma obra de relevância para todo o esporte do Paraná e, acima de tudo, porque muito dinheiro já levou o Pinheirão e nós carecemos, o povo precisa de uma explicação. Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — V. Ex.<sup>a</sup> tem toda a razão, e o Governo dará toda a atenção ao requerimento do nobre Deputado Mário Celso.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Interior, no sentido de determinar junto à Paraná Rádio Difusão S/A. - RADIPAR, a extensão dos serviços de som e imagem do Canal 12 - TV Paranaense, até o Município de Cândido Rondon. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do editorial "Morte do Release", publicado pelo matutino "O Estado do Paraná". — Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir, Sr. Presidente.  
O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A discussão fica adiada para a próxima sessão, na forma do art. 1º do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo junto ao mesmo, a viabilidade do envio de força policial para guarnecer o prédio onde funciona atualmente a sede do Executivo Municipal de Marechal Cândido Rondon. —

O SR. WERNER WANDERER — (Pela ordem) Sr. Presidente, não sabe o autor do requerimento que a prefeitura, assim que o novo Prefeito de Marechal Cândido Rondon assumir, Werner Scherer, a primeira preocupação dele foi com relação à segurança dos documentos da Prefeitura de Marechal Rondon.

O Executivo está construindo um novo prédio e em primeiro lugar terminou o Caixa Forte. Hoje, todos os documentos de todos os anos estão guardados no cofre forte da nova Prefeitura.

Mas mesmo assim, nós iremos votar a favor, já que nos preocupa o interesse desse requerimento. O porque desse requerimento, votaremos a seu favor.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cyro Martins, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Senhor Tore Munck, Diretor-Presidente do Grupo Munck, pela instalação, no Distrito Industrial de Ponta Grossa, da Fundação Munck Paraná S/A, votos extensivos ao Dr. Luiz Antônio Fayet, Presidente do BADEP. — **Aprovado.**

O SR. NILSO SQUAREZI — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Deferido. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa) Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

16 Srs. Deputados aprovam; 14 Srs. Deputados rejeitam. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 20, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 01, 02 e 03/79 e de Lei n.ºs 108 e 135/78.

Levanta-se a sessão.

#### Ata de Comissão:

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

#### 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 8ª LEGISLATURA

#### ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de hum mil novecentos e setenta e oito, às dezesseis horas e trinta minutos, reuniram-se na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Deputado Egon Pudell, os Senhores Deputados

Werner Wanderer, Lázaro Dumont e Hélio Manfrinato, membros efetivos da Comissão de Terras, Imigração e Colonização. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido relatados os seguintes processos: PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 95/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - ex-Proposição n.º 167/78, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a SUDESUL, objetivando a elaboração de estudos e pesquisas que sirvam de subsídios e formulação de Modelo Territorial para o Estado. Relator Deputado Werner Wanderer, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 166/78, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, autorizando o Poder Executivo a doar à Ordem dos Pregadores (Província Dominicana "Utriusque Lombardiae"), área de terreno que especifica, situada no Bairro Tarumã, nesta Capital. Relator Deputado Werner Wanderer, parecer favorável, aprovado. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos. E para constar, lavrou-se a presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Egon Pudell, e por mim, Agildes de Oliveira Martins, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) EGON PUDELL — Presidente

Agildes de Oliveira Martins — Secretário

#### Portaria:

PORTARIA N.º 145/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1560, de 22 de fevereiro de 1979, deste Poder,

#### RESOLVE:

revogar, a pedido, as Portarias n.ºs 189/77, 290/77 e 291/77, que designaram os funcionários EMÍLIO MAURO BARBOSA, matrícula n.º 310, JOSÉ ARY NASSIF, matrícula n.º 272, LELINGTON LOBO FRANCO, matrícula n.º 421, e SÍLVIO SEBASTIANI, matrícula n.º 466, para prestarem serviços no Gabinete da 2ª Secretaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de março de 1979.

(aa) ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN  
Diretor Geral

#### Decretos Legislativos:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 236/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1735, de 02 de março de 1979, deste Poder,

#### RESOLVE:

atribuir ao funcionário DIONÍSIO DE PAULA CAVALHEIRO, ora à disposição deste Poder, a Função Gratificada F-5, de Motorista, do Gabinete da 1ª Secretaria, a partir de 1.º de fevereiro do corrente ano.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 237/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1111, de 06 de fevereiro de 1979, deste Poder,

#### RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do

Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ JOAQUIM, matrícula n.º 598, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar;

II — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da citada Lei n.º 6174, a partir de 06 de março de 1979, data em que completou trinta e três (33) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%);

III — mandar contar, para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, nos termos da Lei n.º 7050, de 04 de dezembro de 1978, o tempo de dois (02) anos, oito (08) meses e um (01) dia;

IV — aposentar, a pedido, de acordo com o Art. 138, inciso II, combinado com o Art. 140, inciso III, da referida Lei n.º 6174, por somar mais de trinta e cinco (35) anos de serviço público, com proventos mensais e integrais, correspondente ao cargo de Diretor de Departamento, Símbolo DAS-4, (Lei n.º 7098, de 08 de janeiro de 1979), mais vantagens quinquênis e adicionais, nos termos dos artigos 170, parágrafo único, e 171, §§ 1.º e 2.º, da mesma Lei n.º 6174, Gratificação de Produtividade, de acordo com a Lei n.º 6593, de 15 de agosto de 1974, e Gratificação por serviços extraordinários, nos termos da Lei n.º 6794, de 08 de junho de 1976.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 19 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASIÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário